

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 516.739 - MG (2019/0178212-7)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**NEUSA GUILHERMINA LARA - MG079505**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : LUCAS GOMES PEREIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de LUCAS GOMES PEREIRA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 1.0231.18.020610-5/001.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 03/11/2018 pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 (tráfico de entorpecentes), tendo o Juízo de primeiro grau, por ocasião da audiência de custódia, concedido liberdade provisória ao acusado, fixando-lhe medidas cautelares diversas da prisão do art. 319 do CPP.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de Justiça, o qual proveu o recurso para decretar a prisão preventiva do paciente em acórdão assim ementado:

***RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - TRÁFICO DE DROGAS - LIBERDADE PROVISÓRIA - PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES RESTABELECIMENTO - RECURSO PROVIDO.***

*Presentes elementos concretos que permitem concluir pela necessidade do decreto de prisão preventiva, fundamentada, sobretudo, na necessidade de se garantir a ordem pública, haja vista a periculosidade do agente, a gravidade concreta do crime, a existência de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, atendidos os requisitos dos arts. 311 e seguintes não há o que se falar em revogação da prisão preventiva. (fls. 138)*

No presente *writ*, sustenta o impetrante que o delito praticado pelo paciente não foi feito mediante grave ameaça ou violência e que não estão preenchidos os

# Superior Tribunal de Justiça

requisitos do art. 312 do CPP.

Postula que diante da superveniência de sentença não tome por prejudicado o conhecimento deste *mandamus*, haja vista que a prisão antes do trânsito em julgado possui caráter cautelar.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação do mandado de prisão já expedido ou expedição do competente alvará de soltura no caso do cumprimento do mandado de prisão, a fim de que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

Liminar indeferida às fls. 147/149.

Informações prestadas às fls. 155, 170/171.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 209/212).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que em 27/09/2019 sobreveio sentença desclassificando a conduta do paciente para a prevista no art. 28 da Lei 11.343/06, sendo lhe aplicada a pena de advertência sobre os efeitos das drogas, com expedição de alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator